



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006867-21.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços**
 Exequente: **Hellen Cristina Predin Novaes**
 Executado: **Fabiana de Cassia Cuvidc Rossi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de embargos à execução que está fundada em título extrajudicial consistente em contrato de honorários por serviços prestados pela embargada à embargante.

A embargante de início alegou que nada devia à embargada porque esta não prestou os serviços para os quais foi contratada, tendo ela própria – embargante – providenciado o necessário para a obtenção de seu benefício.

É o que se extrai de fl. 30.

Tais argumentos não militam em seu favor, porém, porquanto se vê a fls. 36/57 que a embargada levou a cabo todas as diligências ao longo do processo que ajuizou em nome da embargante.

Já a fl. 66 a embargante deixou de atender ao que lhe foi determinado a fl. 34.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O quadro delineado basta à rejeição da postulação formulada pela embargante.

Ela não refutou ter subscrito o contrato de fl. 11 e tampouco impugnou o valor exequendo, lastreado em prova documental não questionada.

Inexiste dado concreto que pudesse lançar dúvida quanto à higidez da execução, de sorte que sua sequência é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 27 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**